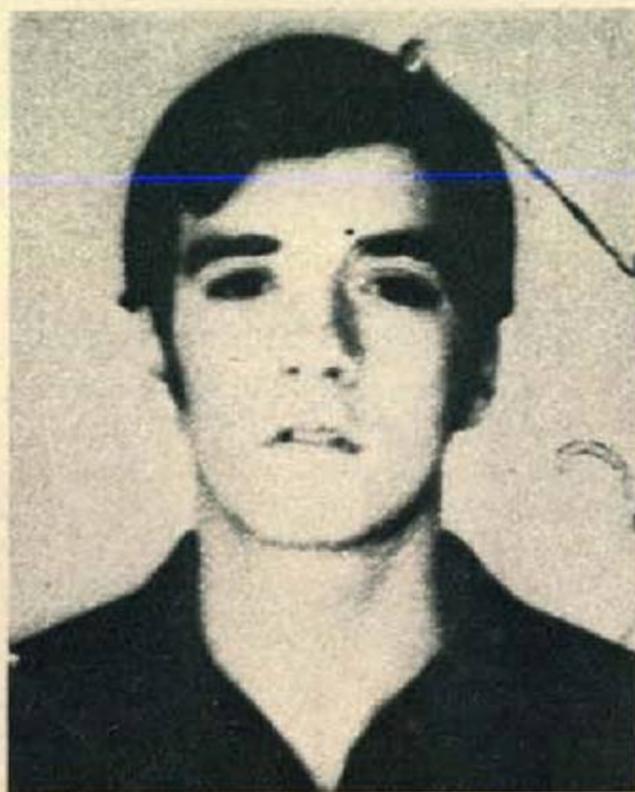


O homem que faltava

João Augusto da Rosa, inspetor do DOPS gaúcho, comandou, em novembro de 1977, o seqüestro dos quatro uruguaios em Porto Alegre

Na última sexta-feira, uma fotografia obtida pela sucursal de VEJA em Porto Alegre permitiu a identificação do homem que chefiou a operação do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e seu companheiro Universindo Rodriguez Dias, consumado a 17 de novembro de 1978, na capital gaúcha. Trata-se do inspetor do DOPS João Augusto da Rosa, 28 anos, casado, pai de dois filhos, matriculado na polícia sob o n.º 190.116. Rosa, chamado de "Irno" pelos seus mais íntimos colegas de ofício, foi reconhecido pelo repórter Luiz Cláudio Cunha, de VEJA, e pelo fotógrafo J.B. Scalco, da revista *Placar*, testemunhas involuntárias da operação, como o homem de bigodes ralos que, tão logo os jornalistas chegaram ao apartamento da rua Botafogo alertados por um telefonema anônimo, comandou os movimentos do grupo de policiais que controlava o local.

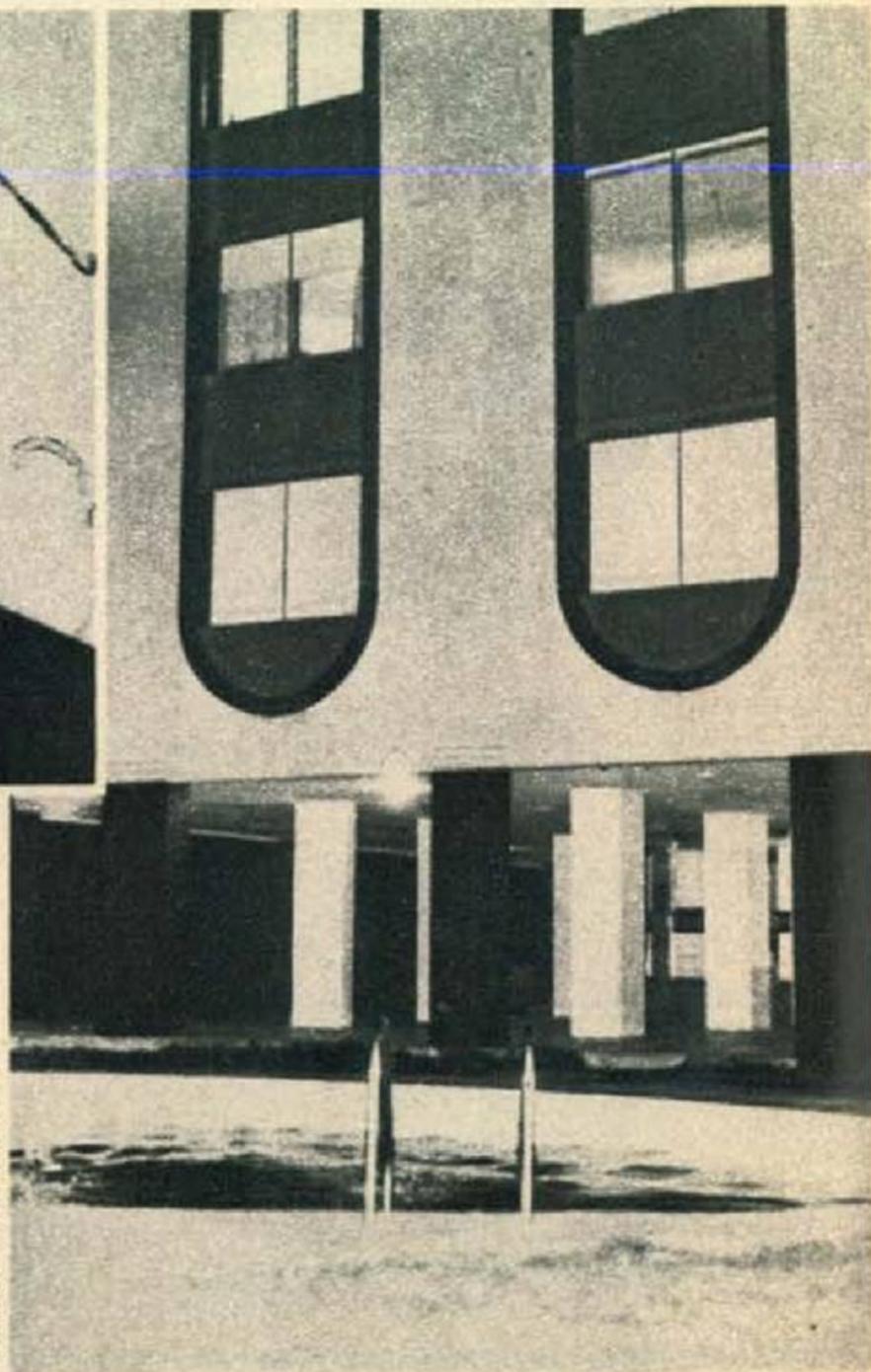
Na fotografia, resgatada de um documento de identidade, o inspetor Rosa aparece com o rosto liso e cabelos mais escuros do que realmente o são. Os cabelos estão mais curtos, há uma discreta franja caída para o lado direito, as sobrancelhas são agressivas, e Rosa aparenta 20 anos de idade. Mas, diante da foto, sobretudo diante dos mesmos olhos que vigiaram seus movimentos naquela noite de novembro de 1978, Cunha e Scalco não tiveram dúvidas: Rosa era o homem que procuravam há exatamente onze meses e dois dias. Integrante dos quadros do DOPS, ele poderia ter sido reconhecido no dia 13 de maio deste ano, quando os dois jornalistas foram acareados com todos os policiais lotados no organismo. O nome de Rosa constava da lista — mas o homem identificado na última sexta-feira não esteve na Assembléia Legislativa, local da acareação.



Rosa: um olhar inesquecível

do, os repórteres de VEJA haviam identificado o inspetor Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", ex-centroavante do Internacional e hoje agente do DOPS, como um dos homens armados que detiveram os dois jornalistas no apartamento da rua Botafogo (veja o quadro). Era a primeira prova consistente da participação, sempre negada, de agentes brasileiros no seqüestro dos quatro uruguaios, que só reapareceriam em Montevideu, conforme nota das Forças Conjuntas do Uruguai distribuída à imprensa no dia 25 de novembro. Dias depois do reaparecimento, Camilo e Francesca, foram entregues à guarda da avó, dona Lilia Casariego, em Montevideu.

Pedalada era uma personagem menor do episódio, identificado pelo fotógrafo Scalco graças aos encontros casuais que com ele tivera no velho campo de futebol dos eucaliptos, o antigo estádio do Inter. Nos vinte minutos em

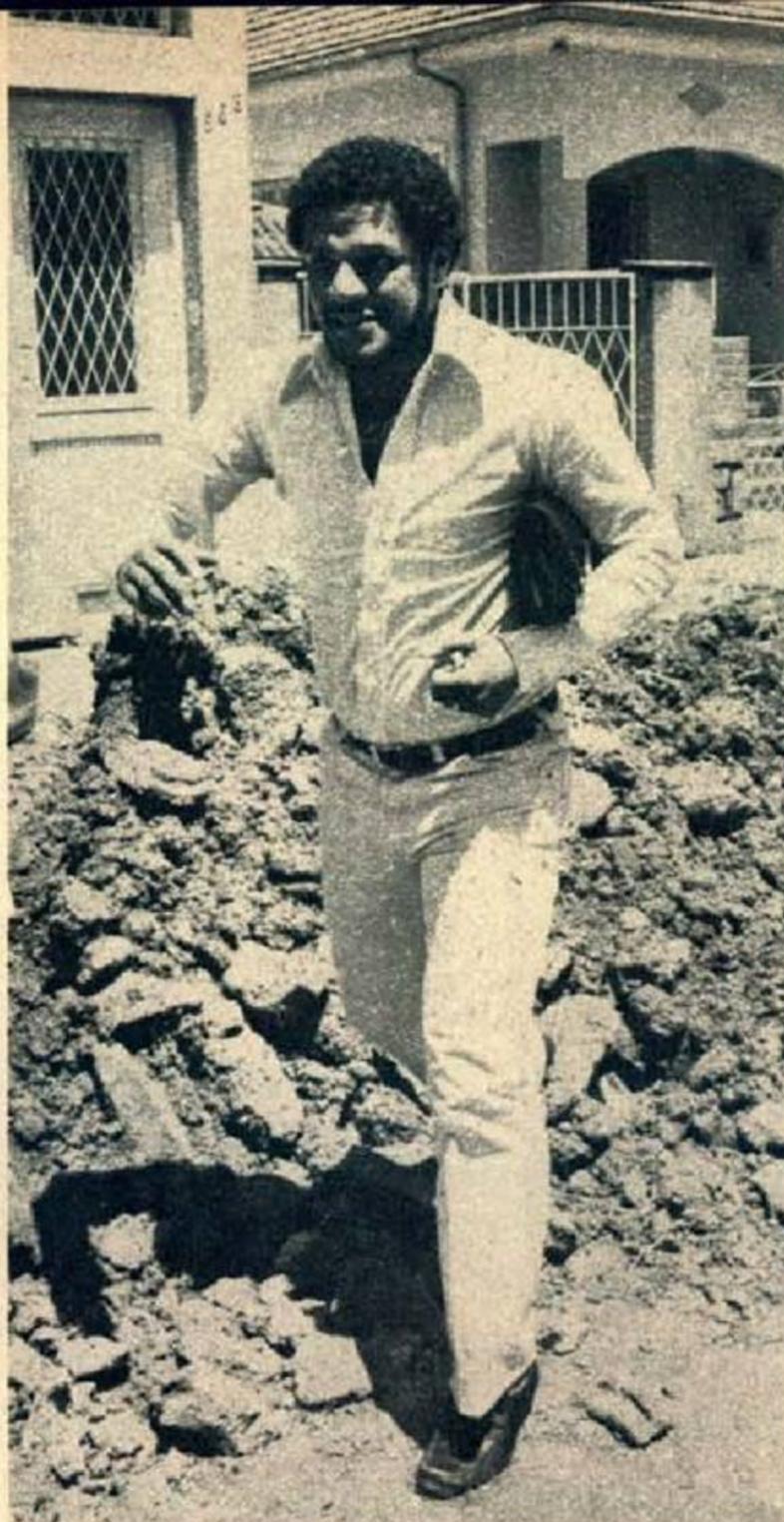


O prédio do seqüestrador, com piscina

que os repórteres de VEJA permaneceram no apartamento naquela sexta-feira de novembro, com as mãos acima da cabeça e encostados contra a parede, sob a mira de pistolas de grosso calibre, Pedalada só se manifestou uma vez, quando ouviu Cunha dizer que entrara numa fria: "Uma baita fria, cara", reforçou Pedalada, com barba por fazer, ainda segurando a pistola negra, calibre 45, que minutos antes apontara para o meio da testa de Scalco. A seu

lado, o inspetor Rosa, trajando uma camisa esporte listrada e armado com uma pistola cromada calibre 45, era a única voz no apartamento 110 do bloco 3 do conjunto classe-média de apartamentos do número 621 da rua Botafogo, no bairro do Menino Deus, em Porto Alegre.

“San Pablo?”, perguntou ele a Cunha, ainda na porta, com a arma apontada entre os olhos, enquanto fazia um sinal com a mão esquerda para que os forasteiros entrassem no apartamento. Lilian, uma jovem moça morena, de



Didi Pedalada: o começo de tudo

principal. Ainda imobilizados contra a parede, Cunha e Scalco permaneceram em silêncio, assim como os outros homens armados que permaneciam às suas costas. Cinco minutos depois, Rosa retornou transformado: amável, com expressão tranqüilizadora, tratou de distender o ambiente. “Tudo bem com vocês, podem abaixar as mãos”, disse aos jornalistas. Gentilmente, solicitou as credenciais dos recém-chegados, ordenou que fosse acesa a luz na sala — na penumbra, não se notava que o chão estava coberto de tocos de cigarros e latas de cerveja — e anotou nome, função e endereço dos forasteiros. Encorajado pela mudança no comportamento de Rosa, Cunha arriscou nova pergunta: “Afim, qual é o problema com o pessoal? Contrabando? Subversão?”.

Rosa foi evasivo: “Ah, sabe como é, estrangeiro no país, essas coisas...” Recomendou que nada fosse divulgado: “Se este cara que telefonou voltar a ligar, não diz que nós estamos aqui. Vamos ficar aqui esperando”. Cunha e Scalco foram liberados e deixaram o apartamento certos

de que haviam acabado de testemunhar uma operação de policiais encarregados da detenção de uruguaios ilegalmente residentes no país. Ainda no corredor lateral do prédio, Scalco disse a



Perroni: mais uma pista falsa

enormes olhos negros, que aparecera à porta para receber os recém-chegados, havia sido puxada para o lado logo no momento em que Cunha, em espanhol, explicara a ela que estava ali na pista de uma denúncia fornecida por um telefonema anônimo por ele recebido na sucursal de VEJA, naquela manhã. A porta foi escancarada e, dominados pelas armas e empurrados por um terceiro homem, que subira as escadas do hall momentos antes, Cunha e Scalco ingressaram no apartamento.

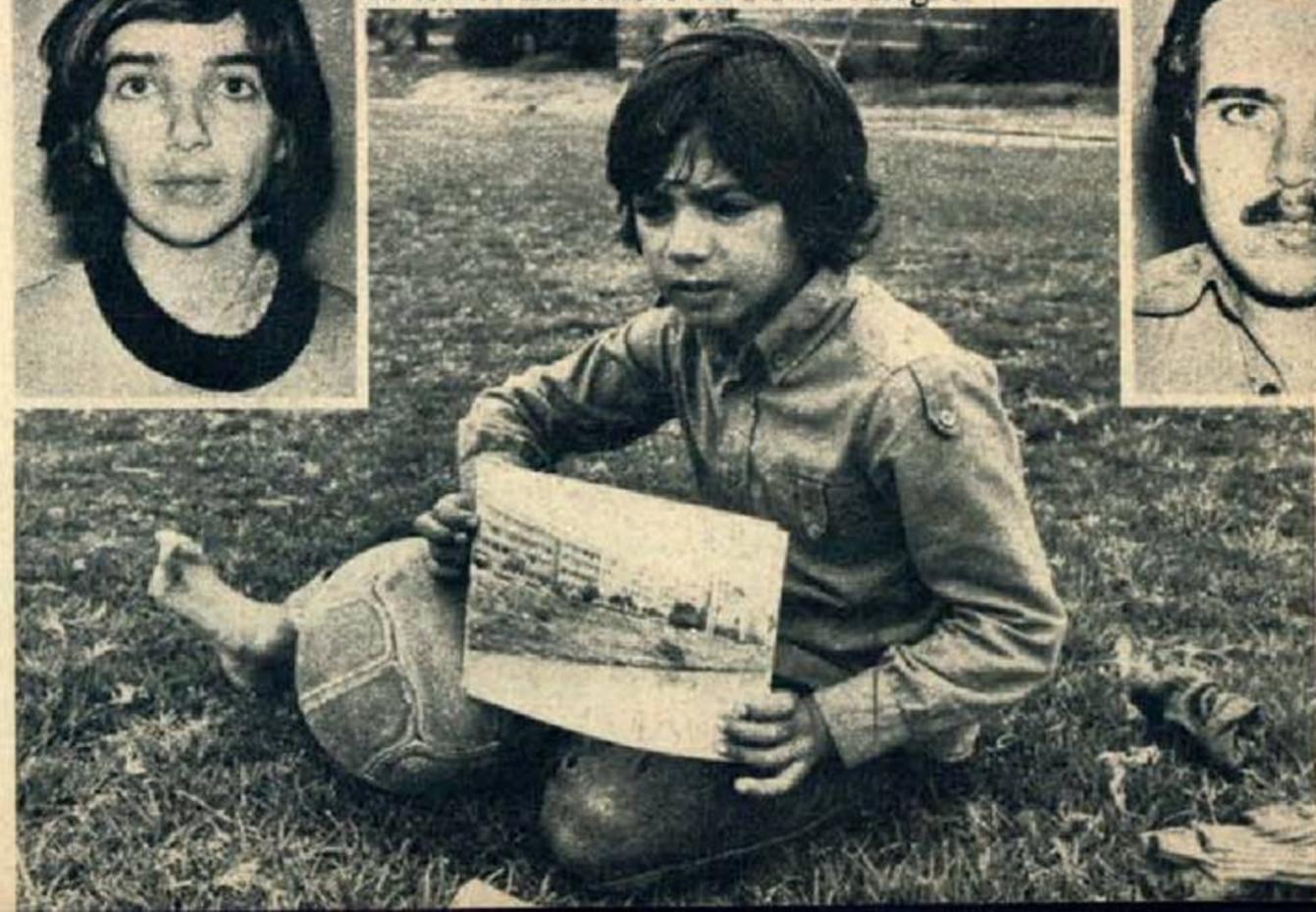
CONTRA A PAREDE — Os jornalistas foram colocados de frente para a parede da sala, ao som de um pequeno aparelho de televisão ligado a meio-volume. Cunha perguntou o que havia, e o inspetor Rosa pareceu surpreso ao constatar que a pessoa que detivera não era uruguaia. Num tom irritado, ele quis saber quem eram os forasteiros e, diante da resposta, indagou se os jornalistas costumavam sair na pista de qualquer telefonema anônimo. “Quando recebo uma informação, eu a checo”, ex-

plicou Cunha. “É o que estou fazendo agora. E, pelo jeito, a informação era correta.”

Diante do esclarecimento, o inspetor Rosa saiu do apartamento pela porta



Lilian, Camilo e Universindo: dias de terror no centro de Porto Alegre



Cunha que talvez conhecesse um dos homens armados: "Parece o Didi Pedalada".

"FLEURY DOS PAMPAS" — Ao reconhecimento de Pedalada, seguiu-se imediatamente o do delegado Pedro Carlos Seelig, identificado em Montevideu por Camilo Casariego, de 8 anos. Seelig, 47 anos, era diretor-adjunto do DOPS e fora anos antes apelidado pelos jornais de "Fleury dos Pampas", graças à comprovada eficiência demonstrada no desmantelamento dos grupos da esquerda armada no Sul do país — e que lhe valeu, também, a concessão pelo Exército, em 73, da "Medalha do Pacificador". Nos meses seguintes, a imprensa localizou outros cinco policiais do DOPS que poderiam estar envolvidos no seqüestro: os inspetores Arvandil Ferreira da Silva, José Cecílio da Cunha, Janito dos Santos Keppler, Luiz Nunes da Silveira e a escrivã Faustina Elenira Severino.

Ainda assim, faltava saber quem era o homem de bigodes ralos que estivera no apartamento. A identidade do chefe começou a emergir no último dia 10 de outubro, quarta-feira, quando o promotor Dirceu Pinto, da 3.^a Vara Criminal, de Porto Alegre, onde Pedalada e Seelig estão sendo processados por abuso de poder, resolveu indiciar também o inspetor Janito Keppler. Nesse mesmo dia, o promotor solicitou ao juiz Antônio Carlos Netto Mangabeira que outros dois policiais, à época lotados no DOPS, fossem acareados com Cunha e Scalco. Tratava-se de um certo Juarez Perroni, atualmente lotado no almoxarifado da Secretaria de Segurança, e um outro policial conhecido apenas pelo codinome de "Irno".

Na semana seguinte, o investigador Juarez Correa Perroni, que tem o apelido de "Picanha", foi denunciado pelo semanário *Rio Grande* como envolvido no caso. Mais importante ainda, o jornal divulgou o nome de "Irno": João Augusto da Rosa, que por coincidência ingressara na polícia junto com Janito Keppler.

Na quinta-feira, VEJA conseguiu os endereços de Perroni e Rosa, mas as fotografias só foram obtidas na tarde da última sexta-feira. O retrato de Perroni não coincidia com a descrição do chefe. O de Rosa nem precisou ser longamente examinado: era ele.

A primeira informação sobre o endereço de Rosa levou ao apartamento 103 de um prédio estreito, de dois andares, no número 462 da rua Visconde de Herval, a exatamente uma quadra

do apartamento em que Lilian foi capturada. Ninguém atendeu à porta, mas um dos moradores informou que Rosa se mudara em novembro, e deu seu novo endereço: rua Catumbi, 101, apartamento 603, nos altos do bairro Tereópólis. É um edifício moderno, com quatro apartamentos em cada um dos dez andares, garagem privativa, dois elevadores e uma piscina oval sobre os amplos jardins que rodeiam o prédio — decididamente suntuoso para um inspetor do DOPS que ganha menos de 10 000 mensais. Na noite da última sexta-feira, os repórteres Luís Claudio Cunha e Pedro Maciel foram recebidos pela empregada de Rosa, que cuidava das crianças enquanto o patrão jantava fora com a mulher e um cunhado. "Não adianta voltar depois das onze porque o guarda tem ordem para não deixar ninguém entrar", avisou a empregada. Meia hora mais tarde, falando pelo interfone com Cunha, ela pareceu mais irritada: "Peço que não voltem aqui depois das dez horas porque perturba, pois estou com uma criança passando mal. Não insista, não volte aqui".

"EL ANANO" — De acordo com detalhes inéditos agora revelados, os quatro seqüestrados foram conduzidos pela polícia em três automóveis, na noite de 12 de novembro, até Chuí, a fronteira

do extremo-sul do país. A viagem foi tão tranqüila que, consumada a entrega dos prisioneiros aos militares uruguaios, os policiais incluíram no roteiro uma visita ao forte de Santa Teresa. Ali permaneceram as crianças e Universindo Diaz, enquanto Lilian, diante da ameaça a seus filhos, resolve colaborar com os seqüestradores. Retornou com eles a Porto Alegre, acompanhada agora pelo major José Gavazzo, o coordenador da temida "Division 300", grupo de elite da Ocoa (Organismo Coordenador de Operações Antisubversivas).

Não se conhece nenhuma foto de Gavazzo, descrito como um homem de estatura baixa, atarracado, e conhecido entre os exilados uruguaios que conseguiram escapar com vida de suas mãos como "El Anano" (O Anão). Gavazzo estava no apartamento no momento em que Cunha e Scalco chegaram, segundo informações de policiais, à espera de que outros exilados uruguaios caíssem na armadilha.

De volta a Porto Alegre, Lilian foi conduzida ao DOPS para telefonar a um companheiro em Paris. O tom da conversa, contudo, fez com que seu interlocutor percebesse que algo estava errado. Concluída a ligação, ele chamou alguns uruguaios em São Paulo e deles, na manhã de 17 de novembro, partiu o telefonema para a sucursal de VEJA em Porto Alegre, denunciando o seqüestro. Até então, só o delegado Pedro Seelig, o "dr. Jair", e o coronel Atila Rohrssetzer, o "dr. Ataliba", conheciam todos os detalhes.

As descobertas dos últimos onze meses demonstram que, ao contrário do que se decretou, o caso não está encerrado. A identificação do chefe da operação fornece à polícia — e ao governo do Rio Grande do Sul — a oportunidade para livrar-se de constrangedoras suspeitas de leniência com os envolvidos. Falta saber se os seqüestradores foram orientados por ordens vindas do alto.

Desde a última sexta-feira, porém, sabe-se que o inspetor João Augusto da Rosa, o "Irno", pode contar o resto da história. Uma história na qual a soberania nacional brasileira foi violada pelo seqüestro, em território nacional, de dois refugiados políticos, promovido ou patrocinado por agentes de um país estrangeiro. ●



Dona Lilia: com a guarda dos netos

PEDRO MARTINELLI

Quebrando a barreira do sigilo

Estes foram os principais momentos no caso dos uruguaios:

17 de novembro de 1978 — Os jornalistas Luís Cláudio Cunha e João Batista Scalco, alertados por uma denúncia telefônica, chegam ao apartamento de Lilian Celiberti. Surpreendem os seqüestradores em plena ação e ficam 20 minutos sob a mira de seus revólveres.

20 de novembro — À procura de informações no DOPS, o repórter Luís Cláudio Cunha é desestimulado por um policial: "Isso não passa de um sonho. Será que não foi a Polícia Federal?" O superintendente da PF em Porto Alegre, Edgar Fiques, desconversa: "Não temos nada com isso".

25 de novembro — Num sucinto comunicado de dezesseis linhas, as Forças Conjuntas Uruguaias revelam que os quatro haviam sido "detidos ao penetrar no país, achando-se em seu poder material sedicioso".

2 de dezembro — "A elucidação do caso é uma questão de honra para o meu governo", diz o governador Sival Guazzelli. O garoto Camilo reconhece, numa foto, o prédio da Secretaria da Segurança: "Foi neste prédio que eu e minha irmã Francesca estivemos" informa. "Eles nos levaram para o 2.º andar." É um dos andares onde funciona o DOPS.

4 de dezembro — O coronel Rubem Moura Jardim, secretário da Segurança Pública gaúcha, nega o envolvimento de qualquer órgão ou funcionário da polícia no caso.

24 de dezembro — Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", é identificado como um dos participantes do seqüestro. Dias depois, o menino Camilo reconhece Pedalada em fotografias. O secretário da Segurança nega a participação de policiais.

27 de dezembro — Informado do envolvimento de Pedalada, o governador Guazzelli interrompe suas férias. Encontra à sua espera o general Samuel Alves Corrêa, comandante

do III Exército. Um mês antes, o general dissera que não acreditava em seqüestro, e que o caso, portanto, "estava encerrado".

9 de janeiro de 1979 — Na sede da Polícia Federal em Porto Alegre, o repórter Luís Cláudio Cunha e o fotógrafo João Batista Scalco são acareados com Didi Pedalada e o reconhecem oficialmente como participante do seqüestro. Didi nega.

17 de janeiro — O governador Guazzelli anuncia o fim da sindicância e do inquérito, mandando instaurar processo administrativo na área da Secretaria da Segurança para apuração de responsabilidades. Recomenda o afastamento dos policiais suspeitos, o que não se consumou.

19 de janeiro — Segundo insinuaram agentes da Polícia Federal, os uruguaios foram vistos por três pessoas atravessando a fronteira com o Uruguai, num ônibus que cobre a linha Bajé — Melo, no Uruguai. Mais tarde duas das três supostas testemunhas desmentiram a história, dizendo que haviam sido pressionadas pela polícia.

28 de março — Camilo reconhece numa foto a escritã Faustina Elenira Severino como uma das mulheres que cuidaram dele e de sua irmã Francesca, na Secretaria da Segurança.

9 de abril — Seelig e Pedalada encontram-se com Luís Cláudio Cunha e J. B. Scalco para a primeira audiência na Procuradoria Geral do Estado, onde corre o processo administrativo contra os policiais.

7 de maio — Morre a escritã Faustina, segundo o laudo oficial vítima de derrame cerebral. Ao seu velório compareceram o governador Amaral de Souza, o comandante do III Exército, general Antônio Bandeira, o seu chefe do Estado-Maior, general Luís Henrique Domingues, o secretário da Segurança, além de outras autoridades.

13 de maio — 402 policiais comparecem à Assembléia Legislativa e desfilam diante de Luís Cláudio Cunha e J. B. Scalco, para a acareação. Entre eles não está João Augusto Rosa. Ainda em maio, o advogado da família Celiberti, Omar Ferri, divulga cartas de Lilian confirmando seu seqüestro em Porto Alegre.

13 de junho — O Conselho Superior de Polícia absolve Didi Pedalada e Pedro Seelig das acusações.

17 de setembro — o relator da CPI da Assembléia gaúcha que investiga o caso, deputado arenista Jarbas Lima, conclui que "não houve prova de delito; logo não há autoria".

19 de outubro — Luís Cláudio Cunha e J. B. Scalco localizam o chefe da operação: o inspetor João Augusto Rosa.



Primeiro depoimento: Scalco e Cunha encontram "Didi" e Seelig